

Sanção Aplicada

Painel Gráfico

Data da consulta: 23/10/2025 10:03:24

Data da última atualização: 10/2025 (Diário Oficial da União - CEAF) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 10/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 10/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR LTDA -
32.708.161/0001-20
[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

**Nome informado pelo
Órgão sancionador**

PROLINE MATERIAL
HOSPITALAR EIRELI

Nome Fantasia

SEM INFORMAÇÃO

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro

CEIS

Categoria da sanção

SUSPENSÃO

**Data de início da
sanção**

30/05/2025

Data de fim da sanção

28/07/2025

**Data de publicação da
sanção**

14/05/2025

Publicação

DIÁRIO DE JUSTIÇA
SEÇÃO 01 PAGINA 33

**Detalhamento do
meio de publicação**

TJBA - DIARIO DE
JUSTIÇA
ELETRÔNICO Nº
3.807

**Data do trânsito em
julgado**

30/05/2025

Número do processo

TJ-SAN-2024/00207

Número do contrato

AFM Nº 051/2024

**Abrangência da
sanção**

NA ESFERA E NO
PODER DO ÓRGÃO
SANCIONADOR

Observações

COM FUNDAMENTO
NO ARTIGO 185,
INCISO IV; ARTIGO
186, INCISOS I, II E
PARÁGRAFO ÚNICO;
ARTIGO 192, INCISOS
II, III E §2º; ARTIGO
194; ARTIGO 196 E
ARTIGO 200-A DA LEI
ESTADUAL Nº
9.433/05; BEM COMO
NO ARTIGO 11;
ARTIGO 12, INCISOS I
E II; ARTIGO 13;

ARTIGO 14, INCISO I;
ARTIGO 15; ARTIGO
16; ARTIGO 17;
ARTIGO 18, §3º E §4º
E ARTIGO 21 DO
DECRETO ESTADUAL
Nº 13.967/2012,
ALTERADO PELO
DECRETO Nº
16.851/2016

Origem da Informação	Data da Origem da Informação
TRIBUNAL DE JUSTICA DA BAHIA (TJ-BA)	10/06/2025

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome	Complemento do órgão sancionador	UF do órgão sancionador
TRIBUNAL DE JUSTICA DA BAHIA (TJ-BA)		BA

Fundamento legal

LEI 9433 (BA) - ART. 196 - ART. 196 - PARA A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NESTA LEI DEVEM SER LEVADOS EM CONTA A NATUREZA E A GRAVIDADE DA FALTA, OS PREJUÍZOS DELA ADVINDOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A REINCIDÊNCIA NA PRÁTICA DO ATO.

LEI 9433 (BA) - ART. 185, IV E V - ART. 185 - CONSTITUI ILÍCITO ADMINISTRATIVO A PRÁTICA DOS SEGUINTE ATOS, PELO CONTRATADO: IV - INCORRER EM INEXECUÇÃO DE CONTRATO; V - FRAUDAR, EM PREJUÍZO DA ADMINISTRAÇÃO, OS CONTRATOS CELEBRADOS: D) ALTERANDO SUBSTÂNCIA, QUALIDADE OU QUANTIDADE DA MERCADORIA FORNECIDA;

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.